



Comunicado de Imprensa n.º 17/390 (P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
6 de outubro de 2017

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431 EUA

## **Timor-Leste: FMI conclui missão de consulta ao abrigo do Artigo IV referente a 2017**

Os comunicados de imprensa emitidos no final de missões contêm declarações de equipas do FMI que transmitem as constatações preliminares após a visita a um país. As opiniões expressas nesta declaração são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI. Com base nas conclusões preliminares desta missão, o corpo técnico elaborará um relatório que, após aprovado pela Direção, será submetido à apreciação e decisão do Conselho de Administração do FMI.

Uma equipa do Fundo Monetário Internacional (FMI) liderada por Yu Ching Wong visitou Timor-Leste entre os dias 25 de setembro e 6 de outubro para conduzir as discussões de consulta ao abrigo do artigo IV referentes a 2017. As discussões abordaram os desenvolvimentos recentes e as atuais políticas económicas, bem como as perspetivas económicas a médio prazo. Ao término da visita, a Sra. Wong fez a seguinte declaração:

“Projeta-se que o crescimento do PIB não petrolífero diminua para 3% em 2017 devido à redução das despesas públicas e ao abrandamento da atividade económica após as eleições parlamentares. As pressões inflacionistas permanecem baixas, embora a inflação tenha voltado a registar taxas positivas como reflexo da subida dos preços mundiais dos alimentos e combustíveis. Espera-se que a redução dos gastos públicos resulte na diminuição dos défices fiscal e da conta corrente externa em 2017. O saldo final do Fundo Petrolífero (FP) caiu para USD 15,8 mil milhões (cerca de 570% do PIB) em 2016, o segundo ano em que registou redução líquida.

As perspetivas de médio prazo para Timor-Leste dependem de forma crítica da diversificação económica, uma vez que o campo de petróleo atualmente em produção estará esgotado por volta de 2022. A antecipação significativa de investimentos públicos traz riscos consideráveis para a sustentabilidade fiscal, dada a necessidade de levantamentos expressivos do Fundo Petrolífero para financiar tais gastos de investimento. Outro elemento de risco é saber se esses projetos de investimento público de grande envergadura irão gerar retorno social e económico suficiente para alcançar um crescimento mais inclusivo, que resulte num aumento das receitas fiscais e, por conseguinte, reforce a sustentabilidade fiscal.

A equipa do FMI salientou a importância de adotar uma estratégia de reforma fiscal para garantir a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo. Deve-se também racionalizar as despesas recorrentes. Ao mesmo tempo, é preciso proteger os gastos com saúde e educação e melhorar a eficiência dos gastos públicos. Essencialmente, poder-se-ia fazer mais para garantir uma melhor relação custo-benefício. Ainda que se reconheça a necessidade de colmatar o grande défice de infraestruturas de Timor-Leste, qualquer antecipação das despesas de capital deve ser limitada e priorizada, em linha com as limitações de recursos e de capacidade do país.

A equipa enfatizou que a mobilização de receitas internas ainda é fundamental. Nesse sentido, são bem-vindas a criação da Autoridade Aduaneira e da Autoridade Tributária, bem como a formulação de um plano de ação para aumentar o cumprimento das obrigações fiscais. Igualmente crítica será a aprovação da legislação do IVA e a introdução desse imposto até 2020, de modo a estimular a mobilização de mais receitas internas.

Deve-se continuar a utilizar os empréstimos em condições concessionais de forma eficaz para financiar projetos de infraestruturas e, assim, reduzir o volume de levantamentos do FP. Além disso, deve-se dar prioridade a projetos que resultem na transferência significativa de conhecimentos em matéria de avaliação e implementação de projetos.

São necessárias reformas estruturais para apoiar a diversificação económica. Essas reformas terão como objetivo melhorias nas infraestruturas básicas, no acesso aos serviços financeiros, na competitividade do mercado de trabalho e na facilidade de fazer negócios. Alargar a inclusão financeira é uma prioridade, e a equipa saúda a adoção da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2017-22. Ao mesmo tempo, preservar a estabilidade financeira exige vigilância constante, através de novos reforços da capacidade de supervisão e regulação.

A equipa se reuniu com o Ministro do Planeamento e Finanças Rui Gomes, o Governador do Banco Central Abraão de Vasconcelos, o Ministro de Estado, e Ministro da Agricultura e Pescas Estanislau da Silva, além de outros quadros superiores. A equipa manteve também discussões com parceiros de desenvolvimento e com representantes do setor privado e de organizações da sociedade civil.

A equipa da missão gostaria de agradecer ao governo de Timor-Leste pela sua hospitalidade e estende ao governo os melhores votos de sucesso nos seus esforços constantes para elevar o crescimento económico e reduzir a pobreza e o desemprego.”